



## SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## 5.º SUPLEMENTO

### SUMÁRIO

#### GOVERNO

Decreto-Lei n.º 13/2003

- Estabelece o regime jurídico da conservação e exploração dos recursos cinegéticos.

Decreto- Lei n.º 14/2003

- Estabelece os princípios e as normas aplicáveis à gestão de embalagens, produtos e artigos e resíduos de embalagens.

#### ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

**Direcção Dos Registos E Notariado**  
Constituição de Sociedade.

**Decreto- Lei n.º 14/2003**

Considerando a crescente preocupação para com os problemas ambientais traduzida pela criação de um quadro legal tendente à melhor organização institucional do sector ligado à gestão de resíduos sólidos urbanos e da aplicação duma taxa de impacto ambiental, acautelando os princípios de *Utilizador-Pagador* e *Poluidor-Pagador* em conformidade com os artigos 12.º e 13.º da Lei Base do Ambiente, Lei n.º 10/99, publicada no Diário da República n.º 15, 5.º Suplemento, de 31 de Dezembro;

Considerando necessário e oportuno, debruçar-se sobre a complexa problemática relativa à gestão de resíduos gerados pela sociedade, fundamentalmente embalagens, produtos e artigos não biodegradáveis, e a consequente ameaça ao ambiente;

Reconhecendo a necessidade de promoção e implementação de medidas susceptíveis de diminuir a produção de resíduos de embalagens, estimulando, procedimentos vocacionados à reutilização das mesmas ou ainda da sua reciclagem, desencorajando a sua eliminação por via do simples depósito e aterro;

Considerando ainda, que na concepção da responsabilização do Poluidor- Pagador, a colocação de contentores para a deposição do lixo e a recolha do mesmo, pressupõe a prestação de um serviço ao cidadão que, por sua vez, deverá contribuir; com uma taxa simbólica, designada por *Taxa de Saneamento (TS)*, pelo serviço que lhe é prestado;

Reconhecendo, na reutilização de embalagens e a reciclagem de resíduos de embalagens, produtos e artigos, como método preferencial e com vantagens em termos de impacto ambiental na própria conservação do ambiente, urgindo a criação de sistemas que garantam o retorno de embalagens usadas e/ou de resíduos de embalagens de forma clara e transparente;

Considerando necessária e urgente a criação de sistemas de Co-responsabilização dos operadores económicos, permitindo ao Estado a obtenção de meios financeiros necessários à prossecução dos objectivos preconizados; Considerando ainda, que a obtenção dos meios financeiros pelo Estado à prossecução dos objectivos preconizados, só se torna possível, com a criação e cobrança de receitas, provenientes da *Taxa de Impacto Ambiental (TIA)* aplicável, em função das embalagens, produtos e artigos importados, pelos diversos operadores, económicos;

Nestes termos, no uso das faculdades conferidas pela alínea c) do artigo 111º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

**Artigo 1.º****Objecto e âmbito**

1. O presente diploma estabelece os princípios e as normas aplicáveis à gestão de embalagens, produtos e artigos e resíduos de embalagens, com vista à prevenção da produção desses resíduos, à reutilização de embalagens e, consequentemente, à redução da sua eliminação final, assegurando um elevado nível de produção do ambiente, e visando garantir o funcionamento do mercado interno e a evitar entraves ao comércio e distorções ou restrições da concorrência.

2. O presente diploma é aplicável a todo tipo de embalagens, produtos e artigos colocados no mercado, sejam eles utilizados ou produzidos, nomeadamente, aos níveis doméstico, industrial, agrícola ou do comércio, incluindo os escritórios, lojas e serviços, independentemente do material utilizado, e ainda, aos resíduos dos mesmos susceptíveis de recolha e tratamento pelos sistemas existentes ou a criar para o efeito.

3. O disposto no presente diploma não prejudica e legislação em vigor no domínio da qualidade das embalagens, designadamente, no que se refere à segurança, protecção da saúde e higiene dos produtos embalados, e aos produtos perigosos, nos termos da legislação em vigor.

**Artigo 2.º****Definições**

1. Para efeitos do presente diploma, entende-se por:

- a) «Embalagem»- todos e quaisquer produtos feitos de materiais de qualquer natureza utilizados para conter, proteger, movimentar, manusear, entregar e apresentar mercadorias, tanto matérias-primas, como produtos transformados, desde o produtor ao utilizador ou consumidor, incluindo todos os artigos descartáveis utilizados para os mesmos fins, sem prejuízo de disposto no número seguinte;
- b) «Resíduos de embalagem»- qualquer embalagem ou material de embalagem abrangido pela definição de resíduos adoptado na legislação em vigor aplicável nesta matéria, incluindo os resíduos de produção;
- c) «Prevenção»- diminuição da quantidade e da nocividade para o ambiente de materiais e substâncias utilizadas nas embalagens, bem como da quantidade e nocividade de embalagens e resíduos de embalagens, ao do nível do processo de produção, comercialização, distribuição, utilização e eliminação, em especial, através do desenvolvimento de produtos e tecnologias «limpos»;
- d) «Reutilização»- qualquer operação pela qual uma embalagem, concebida e projectada para cumprir, durante o seu ciclo de vida, um número mínimo de viagens ou rotações, é enchida de novo,

com ou sem apoio de produtos auxiliares presentes no mercado que permitam o novo enchimento da própria embalagem, ou que seja reutilizada para o mesmo fim para que foi concebida; as embalagens reutilizadas passarão a resíduos de embalagens quando deixarem de ser reutilizadas;

e) «Recuperação»- toda a operação de recolha e triagem por materiais com o objectivo de proceder à reutilização das embalagens usadas e à valorização dos resíduos de embalagem;

f) «Valorização» - qualquer das operações aplicáveis previstas na legislação em vigor;

g) «Reciclagem» - o reprocessamento, num processo de produção, dos resíduos de embalagem para o fim inicial ou para outros fins, incluindo a reciclagem orgânica, mas não a valorização energética;

h) «Valorização energética» - a utilização de resíduos de embalagens combustíveis para a produção de energia através de incineração directa, com ou sem outros tipos de resíduos, mas com recuperação do calor;

i) «Reciclagem orgânica»- o tratamento aeróbio (compostagem) ou anaeróbio (biometanização), através de microrganismos e em condições controladas, das partes biodegradáveis dos resíduos de embalagens, com produção de resíduos orgânicos estabilizados ou de metano, não sendo a deposição em aterros considerada como forma de reciclagem orgânica;

j) «Eliminação»- qualquer das operações previstas na legislação em vigor;

k) «Embalador»- aquele que, a título profissional, embale ou faça embalar os seus produtos e que é responsável pela sua colocação no mercado;

l) «Operadores económicos no domínio das embalagens»- os fornecedores de matérias-primas para materiais de embalagem e ou de materiais de embalagem, os produtores e transformadores de embalagens, embaladores, utilizadores, importadores;

m) «Comerciantes e distribuidores de produtos embalados»- as autoridades e os organismos públicos com competência na matéria, designadamente, as autarquias;

n) «Gestão dos resíduos de embalagens» - a gestão dos resíduos definida na legislação em vigor aplicável nesta matéria;

o) «Acordo voluntário»- qualquer acordo formal entre as autoridades públicas competentes em matéria de gestão de embalagens e os sectores de actividade interessados, que deve ser aberto a todos os parceiros que pretendam dar-lhe cumprimento;

p) «Sistema de consignação»- sistema pelo qual o consumidor da embalagem paga um determinado valor de depósito no acto da compra, valor esse que lhe é devolvido quando da entrega da embalagem usada;

q) «Sistema integrado»- sistema pelo qual o consumidor da embalagem é informado, através da

marcação aposta nesta, de que deverá colocar a embalagem usada (enquanto resíduos) em locais devidamente identificados, isto é, com marcação semelhante à da embalagem.

2. A definição de embalagem referida na alínea a) do número anterior: compreende as embalagens urbanas, que são embalagens utilizadas nos sectores doméstico, comercial ou de serviços, e aqueles que, pela sua natureza ou composição, são similares as embalagens urbanas, bem como todas as demais embalagens empregues em fins industriais ou outros, desde que se trate de algum dos seguintes tipos:

a) Embalagem de venda ou embalagem primária - que compreende qualquer embalagem concebida de modo a constituir uma unidade de venda para o utilizador final ou consumidor, no ponto de compra;

b) Embalagem grupada ou embalagem secundária - que compreende qualquer embalagem concebida de modo a constituir, no ponto de compra, uma grupagem de determinado número de unidades de venda, quer estas sejam vendidas como tal, ou utilizadas como meio de reaprovisionamento do ponto de venda; este tipo de embalagem pode ser retirado do produto sem afectar as suas características;

c) Embalagem de transporte ou embalagem terciária- que engloba qualquer embalagem concebida de modo a facilitar a movimentação e o transporte de uma série de unidades de venda ou embalagens grupadas, afim de evitar danos físicos durante a movimentação e o transporte; a embalagem de transporte não inclui os contentores para transporte rodoviário, ferroviário, marítimo e aéreo.

3. As responsabilidades atribuídas pelo presente diploma ao embalador e ao importador, são atribuídas ao responsável pela primeira colocação no mercado nacional, dos produtos embalados, quando aqueles não estiverem identificados na embalagem ou não tiverem sede no país.

#### Artigo 3.º

##### **Princípios de gestão**

Constituem princípios fundamentais da gestão das embalagens, produtos e artigos e resíduos de embalagens, a prevenção da produção de resíduos, nomeadamente através da concretização de programas de acção específicos, em colaboração com os operadores económicos envolvidos, bem como a criação de sistemas de reutilização, de reciclagem e outras formas de valorização de resíduos, nos termos do presente diploma.

#### Artigo 4.º

##### **Responsabilidade pela gestão das embalagens e resíduos.**

1. Os operadores económicos são co-responsáveis pela gestão das embalagens, resíduos de embalagens, bem como resíduos de produtos e artigos nos termos do disposto no presente diploma e demais legislação aplicável.

2. Na gestão da embalagens, resíduos de embalagens, bem como resíduos de produtos e artigos, são tidas em conta as exigências em matéria de protecção do ambiente e defesa da saúde, da segurança e higiene dos consumidores, a protecção da qualidade, autenticidade e características técnicas das mercadorias, embaladas e dos materiais utilizados, bem como a protecção dos direitos da propriedade industrial e comercial.

3. O Governo através do Ministério de tutela do ambiente é responsável pela recolha dos resíduos urbanos, devendo beneficiar das contrapartidas financeiras que derivem da aplicação do sistema integrado previsto no presente diploma, a fim de assegurar a recolha selectiva e a triagem dos resíduos de embalagens contidos nos resíduos urbanos.

4. Pode, porém, o Governo transferir suas responsabilidades de gestão dos resíduos, mediante contratos ou acordos específicos, com entidades publicas ou empresas privadas, devidamente licenciadas para esse efeito.

5. Os embaladores e importadores são responsáveis pela prestação de contrapartidas financeiras previstas no número 3.

6. Os fabricantes nacionais e estrangeiros de embalagens, produtos e artigos, assim como de matérias primas de embalagens, são responsáveis pela valorização dos resíduos de embalagens, directamente ou através de entidades que tiverem sido criadas para assegurar a retoma e a valorização dos materiais recuperados.

7. As entidades e as empresas responsáveis pelo comércio e pela distribuição não podem comercializar qualquer produto cuja embalagem não esteja de conformidade com o disposto no artigo 6.º.

8. Os produtores de resíduos de embalagens não urbanas são responsáveis pela sua valorização, que poderá ser efectuada directamente em unidades devidamente licenciadas para o efeito ou de conformidade com o disposto no artigo seguinte.

#### Artigo 5.º

##### **Cumprimento das obrigações e sistemas de gestão**

1. Para efeitos do cumprimento das obrigações estabelecidas no artigo anterior, os operadores económicos podem optar por submeter a gestão das suas embalagens e resíduos de embalagens a um dos dois sistemas, a saber o de consignação ou de integração, cujas normas de funcionamento e regulamentação são as

constantes do presente diploma e do regulamento próprio, a ser adoptado pelo despacho referido no art. 10.º, no prazo de 90 dias.

2. No âmbito do sistema integrado, a responsabilidade dos agentes económicos pela gestão dos resíduos de embalagens pode ser transferida para uma entidade ou empresa devidamente licenciada para exercer essa actividade nos termos do presente diploma e demais legislação aplicável.

3. Pelo sistema de consignação os embaladores e ou os responsáveis pela colocação dos produtos no mercado nacional que empreguem embalagens reutilizáveis para o acondicionamento dos seus produtos, poderão recuperar e reutilizar as suas embalagens depois de usadas pelos consumidores, nos termos do presente diploma e da legislação complementar.

4. A responsabilidade da entidade referida nos números anteriores pelo destino final dos resíduos de embalagens só cessa mediante declaração de assunção de responsabilidade pela empresa ou entidade a quem as embalagens ou resíduos de embalagens forem entregues.

#### Artigo 6.º

##### **Taxa de Impacto Ambiental (TIA).**

1. É instituída uma Taxa de Impacto Ambiental, a ser paga por todos os produtores nacionais e estrangeiros importadores de embalagens, produtos e artigos, nos montantes e de conformidade com os seguintes critérios:

- a) Dimensão, volume, e/ ou peso;
- b) Tipo de material utilizado, nomeadamente papel, vidro, plástico, metal e outros;

2. O produto da taxa referida no número 1 destina-se prioritariamente ao pagamento de despesas resultantes da aplicação do presente diploma, podendo ainda contribuir para acções que visem a preservação de um ambiente sustentável, nomeadamente:

- a) A triagem, a recuperação/reciclagem e o tratamento de resíduos sólidos urbanos, celebrados com entidades privadas especializadas;
- b) O financiamento de estudos e projectos ambientais e/ou de ordenamento e planeamento físico;
- c) A construção, manutenção e conservação de infra-estruturas ambientais no País, nomeadamente, aterros sanitários, incineradoras, parques ambientais, reservas naturais e florestais, campanhas de protecção da natureza, reabilitação de património arquitectónico;
- d) Contribuição para o Fundo do Ambiente, em conformidade com a Lei Base do Ambiente, Lei n.º 10/99, de 31 de Dezembro.

#### Artigo 7.º

##### **Taxa de Saneamento (TS)**

É institucionalizada a Taxa de Saneamento (TS), a ser regulamentada posteriormente pelo Governo, tendo como incidência, os moradores que utilizam reservatórios para deposição de resíduos sólidos urbanos, nomeadamente contentares.

#### **Artigo 8.º** **Destinos das Taxas**

O valor das taxas cobradas conforme estabelecido nos artigos 6.º e 7.º, têm os seguintes destinos imediatos:

- a) 60% para as finanças do Estado destinados à limpeza e saneamento das cidades e ao processamento de resíduos sólidos urbanos;
- b) 20% para o Fundo do Ambiente;
- c) 20% para as Autarquias Locais.

#### **Artigo 9.º** **Colocação no mercado**

1. Só podem ser colocados no mercado e comercializados, embalagens, produtos e artigos, que preencham todos os requisitos definidos no presente diploma e demais legislação aplicável.

2. Constituem excepção, os produtos de primeira necessidade e respectivas embalagens a saber: arroz, açúcar, feijão, farinhas, leite, sabão, carne, ovos e massa alimentar.

#### **Artigo 10.º** **Regulamentação**

As normas regulamentares de execução técnica previstas no presente diploma, designadamente, as respeitantes ao funcionamento dos sistemas de consignação e integrado, às entidades previstas no artigo 5.º (cumprimento das obrigações), aos planos de gestão das embalagens reutilizáveis e planos de gestão dos resíduos de; embalagens, símbolos, requisitos essenciais de embalagens, às regras de normalização desses requisitos, aos níveis de concentração de metais pesados presentes nas embalagens, aos sistemas de divulgação da informação e transmissão de dados aos utilizadores de embalagens, ao Ministério de tutela da actividade geradora dos resíduos: de embalagem e à Inspeção das actividades Económicas, por um lado, bem como as normas relativas à respectiva adaptação ao processo científico e técnico, por outro, são definidas por despachos conjuntos dos Ministros responsáveis pelo Comércio e Indústria e pelo Ambiente.

#### **Artigo 11.º** **Fiscalização e processamento das contra- ordenações**

1. A fiscalização do cumprimento das disposições constantes do presente diploma compete à Inspeção das Actividades Económicas, ao Gabinete do Ambiente através de seus fiscais, às Câmaras Distritais e a outras entidades competentes em razão da matéria, nos termos da lei.

2. São competentes para o processamento das contra-ordenações previstas no presente diploma as entidades que, nos termos do número anterior, tenham procedido, ao levantamento do auto.

#### **Artigo 12.º** **Contra- ordenações .**

1. Constitui contra- ordenação, punível com coima de Dbs. 10.000.000,00 a Dbs. 250.000.000,00, no caso de pessoas singulares, e de Dbs. 50.000.000,00 a Dbs. 900.000.000,00, no caso de pessoas colectivas:

- a) A colocação no mercado, pelo produtor local ou importador de embalagens, produtos e artigos sem que a gestão dos mesmos ou seus resíduos tenha sido assegurada nos termos do n.º 1 do artigo 5.º e dos regulamentos, previstos no artigo 10.º;
- b) A colocação no mercado, pelo produtor local ou importador, de produtos: embalados sem respeito pelos requisitos de embalagem a que se refere o artigo 9.º
- c) A recusa da aceitação de embalagens usadas, bem como a recusa de reembolso do depósito devido por parte do distribuidor de produtos embalados, nos casos em que tal aceitação seja obrigatória, de acordo com o estipulado nos regulamentos referidos na alínea anterior, que estatuem sobre as regras de funcionamento dos sistemas de consignação e integrado;
- d) O incumprimento das obrigações constantes dos regulamentos previstos no artigo 10.º;
- e) A omissão do dever de comunicação de dados ao Gabinete do Ambiente e à Inspeção das Actividades Económicas ou a errada transmissão daqueles, nos termos dos regulamentos referidos na alínea a).

2. A tentativa e a negligência são puníveis.

#### **Artigo 13.º** **Sanções acessórias**

A entidade competente para a aplicação das coimas previstas no artigo anterior pode determinar ainda a aplicação das seguintes sanções acessórias, nos termos da lei geral:

- a) suspensão do exercício de uma profissão ou actividade:

- b) privação do direito a subsídio ou benefício outorgado por entidades ou serviços públicos;
- c) suspensão de autorizações, licenças e alvarás.

#### Artigo 14.º

##### **Aplicação das coimas**

1. A aplicação das coimas e sanções acessórias previstas nos artigos anteriores compete ao Director do Gabinete do Ambiente e ao Director da Inspecção das Actividades Económicas.

2. O produto das coimas previstas no artigo 13.º é afectado da seguinte forma:

- a) 15% para a entidade fiscalizadora que levantou o auto e instruiu o mesmo;
- b) 15% para a entidade que decidiu pela aplicação da coima;
- c) 15% para o Fundo do Ambiente;
- d) 25% para as finanças do Estado;
- e) 30% para as autarquias locais.

#### Artigo 15.º

##### **Comissão de Acompanhamento da Gestão de Embalagens e Resíduos de Embalagens**

1. É criada a Comissão de Acompanhamento da Gestão de Embalagens e Resíduos de Embalagens, adiante designada por CAGERE, presidida por um representante do Ministério tutelar do Ambiente, a quem cabe zelar pelo cumprimento das disposições do presente diploma.

2. A CAGERE é uma entidade de consultoria técnica, que funciona junto dos membros do Governo responsáveis pelo licenciamento das entidades referidas no artigo 5.º, competindo-lhe elaborar o seu regulamento interno, preparar as decisões a adoptar superiormente, bem como dar parecer em todos os domínios de aplicação do presente diploma em que seja chamada a pronunciar-se, assegurando a conexão entre as autoridades públicas e os diversos agentes económicos abrangidos pelas presentes disposições.

3. A CAGERE tem a seguinte composição:

- a) Um representante do Ministério tutelar do Ambiente, que a preside;
- b) Um representante do Ministério do Plano e Finanças;
- c) Um representante da Inspecção das Actividades Económicas;
- d) Um representante das autarquias locais;
- e) Uma entidade privada;
- f) Um representante de cada entidade gestora prevista no número 2 do artigo 5.º

4. Os representantes dos sectores previstos nas alíneas a) a d) são designados por despacho dos Ministros competentes.

#### Artigo 16.º

##### **Imposições Alfandegárias**

As embalagens, produtos e artigos mencionados no anexo, passarão a ser acrescidos, no acto dos expedientes aduaneiros em cumprimento das imposições alfandegárias, das taxas aplicadas sobre as mesmas e nele constantes.

#### Artigo 17.º

##### **Anexo**

A Pauta das Taxas de Impacto Ambiental em anexo, constitui parte integrante do presente Diploma, sendo para o efeito, assinada pelos Ministros e Secretário de Estado Tutelares das Obras Públicas, Infra-estruturas, dos Recursos Naturais, do Ambiente e, Ordenamento do Território, do Plano e Finanças, do Comércio e das Indústrias.

#### Artigo 18.º

##### **Sectores Incumbidos pela Aplicação, Cobrança e Fiscalização**

São o Gabinete do Ambiente, a Direcção das Alfândegas, a Direcção das Actividades Económicas e os Serviços de Despachantes, incumbidos, de proceder com todo rigor que a presente Lei impõe, a aplicação, cobrança e fiscalização, dos valores taxados e do estrito cumprimento daquilo que aqui se legisla.

#### Artigo 19.º

##### **Actualização de coimas e taxas**

As futuras alterações das coimas e taxas serão efectuadas por despacho conjunto dos Ministros tutelares do Ambiente, das Finanças, do Comércio e da Indústria.

#### Artigo 20.º

##### **Omissões**

As embalagens, produtos e artigos omissos no anexo ao presente diploma, serão; objecto de regulamentação por diploma avulso, emitido pelo órgão competente.

#### Artigo 21.º

##### **Entrada em Vigor**

O presente diploma entra em vigor cinco dias após a sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 8 de Maio de 2003.- A Primeira Ministra e Chefe do Governo, *Maria das Neves Ceita Batista de Sousa*,- O Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas e Recursos Naturais e Meio Ambiente, *Joaquim Rafael Branco*,- O Ministro do Comércio, Indústria e Turismo, *Arzemiro de Jesus Ribeiro da Costa dos Prazeres*,- A Ministro de Plano e Finanças, *Maria dos Santos Lima da Costa Tebús Torres*.

Promulgado em, 16/12/03

Publique-se.

O Presidente da República, *Fradique Bandeira Melo de Menezes*.

### Pauta das Taxas de Impacto Ambiental Vidros e Produtos Cerâmicos

Código Associado à Pauta	Designação Embalagem/Mercadoria/Produto	Caracterização	Unidade de Medida	Quantidade por Unidade	Taxa Dobras	Contra Valor (USD)
	Vidros	Embalagem	gr	1.000	270.00	0.029
	Vidros	Artigos de	gr	1 a 500	35.00	0.004
	Vidros	Artigos de	gr	500 a 1.000	70.00	0.007
	Vidros	Artigos de	gr	1.001 a 2.000	85.00	0.009
	Vidros	Artigos de	gr	2.001 a 5.000	170.00	0.018
	Vidros	Artigos de	gr	5.000 a 10.000	500.00	0.053
	Vidros	Artigos de	gr	10.001 a 20.000	1.700.00	0.181
	Vidros	Artigos de	gr	>20.000	3.500.00	0.372
	Vidros	Pranchas	kg	1	350.00	0.037
	Vidros	Garrafas	ml	250	85.00	0.009
	Vidros	Garrafas	ml	330	120.00	0.013
	Vidros	Garrafas	ml	500	150.00	0.016
	Vidros	Garrafas	ml	750	185.00	0.020
	Vidros	Garrafas	ml	1.000	220.00	0.023
	Vidros	Garrafas	ml	1.500	250.00	0.027
	Vidros	Garrafas	ml	2.000	300.00	0.032
	Vidros	Garrafas	ml	>2.000	500.00	0.053
	POLÍMEROS (Plásticos)					
	Plásticos	Garrafas	ml	250	35.00	0.004
	Plásticos	Garrafas	ml	330	40.00	0.004
	Plásticos	Garrafas	ml	500	50.00	0.005
	Plásticos	Garrafas	ml	750	60.00	0.006
	Plásticos	Garrafas	ml	1.000	70.00	0.007
	Plásticos	Garrafas	ml	1.500	85.00	0.009
	Plásticos	Garrafas	ml	2.000	100.00	0.011
	Plásticos	Garrafas	ml	>2.000	120.00	0.013
	Plásticos	Embalagem	gr	1 a 1.000	270.00	0.029
	Plásticos	Embalagem	gr	>1.000	570.00	0.061
	Plásticos	Produto	kg	1	235.00	0.025
	Plásticos	Recipiente	ml	1 a 10.000	350.00	0.037
	Plásticos		ml	10.000	700.00	0.074
	Plásticos		Unidade	1	350.00	0.037
	POLÍMEROS (Borracha)					
	Borrachas		gr	1 a 500	70.00	0.007

### Pautas das Taxas de Impacto Ambiental Ferro Fundido, Ferro e Aço

Código Associado à Pauta	Designação Embalagem/Mercadoria/Produto	Caracterização	Unidade De Medida	Quantidade Por Unidade	Taxa Dobras	Contra Valor(USDs)
72	Ferro fundido, Ferro e Aço	Unidade	kg	1	85.00	0,009
73	Obras de Ferro Fundido, Ferro e Aço	Unidade	kg	1	85.00	0,009
74	Cobre e Suas Obras	Unidade	kg	1	170.00	0,018
79	Zinco e suas Obras	Unidade	kg	1	170.00	0,018
79.05.00	Chapas de Zinco	Unidades	kg	1	170.00	0,018
73.13.00	Arame Farpado	Unidade	kg	1	100.00	0,011

**Pauta das Taxas de Impacto Ambiental  
Polímeros (Plásticos, Borrachas e suas Obras)**

Código Associado à Pauta	Designação Embalagem/Mercadoria/Produto	Caracterização	Unidade de Medida	Quantidade por Unidade	Taxa Dobras	Contra Valor (USD)
	Borrachas	Artigos de	gr	500 a 1.000	100.00	0.011
	Borrachas	Artigos de	gr	1.001 a 2.500	170.00	0.018
	Borrachas	Artigos de	gr	2.501 a 5.000	350.00	0.037
	Borrachas	Artigos de	gr	5.001 a 10.000	1.700.00	0.181
	Borrachas	Artigos de	gr	>10.000	3.500.00	0.372
	Borrachas	Embalagem	gr	1 a 1.000	270.00	0.029
	Borrachas	Embalagem	gr	>1.000	350.00	0.037
	Borrachas	Produto	gr	1 a 500	170.00	0.018
	Borrachas	Produto	gr	500 a 1.000	350.00	0.037
	Borrachas	Produto	gr	1.001 a 5000	500.00	0.053
	Borrachas	Produto	gr	5.001 a 10.000	835.00	0.089
	Borrachas	Produto	gr	10.001 a 20.000	1.200.00	0.128
	Borrachas	Produto	gr	>20.000	1.700.00	0.181
	Tubos PVC	Artigos de	kg	1	350	0.037
	Pneus, câmaras e similares (novos)	Unidade	kg	1 a 2	500	0.053
	Pneus, câmaras e similares (usados)	Unidade	kg	2 a 5	700	0.074
	Cortiça	Artigos de	kg	1	70.00	0.007
	Cortiça	Embalagem	kg	1	70.00	0.007

**Pauta das Taxas de Impacto Ambiental  
Óleos e seus derivados**

Código Associado a Pauta	Designação Embalagem /Mercadoria/Produto	Caracterização	Unidade de Medida	Quantidade por Unidade	Taxa Dobras	Contra Valor (USDS)
	Óleo e Gorduras(Animal e Vegetal)					
	Óleo	Unidade	Kg/L	1	170.00	0,018
	Gorduras	Unidade	Kg/L	1	170.00	0,018
	Óleo Betuminosos e derivados					
27.10	Óleos Lubrificantes	Embalagem	Kg/L	1	350.00	0,037
27.10 **	Óleos para Motores e Máquinas	Embalagem	Kg/L	1	350.00	0,037
27.11	Gás(de Petróleo e Hidrocarbonetos)	Embalagem	Kg/L	1	170.00	0,018
27.12	Vaselinas e Parafinas	Embalagem	Kg/L	1	350.00	0,037
27.13	Betume de Petróleo e derivados	Embalagem	Kg/L	1	170.00	0,018
27.14	Betume e Asfalto	Embalagem	Kg/L	1	170.00	0,018
27.15	Misturas Betuminosas	Embalagem	Kg/L	1	170.00	0,018

**Pauta das Taxa de Impacto Ambiental  
Embalagem c/ligas de Alumínio, Ferro, Níquel e Cobre**

Código Associado à Pauta	Designação Embalagem/Mercadoria/Produto	Caracterização	Unidade de Medida	Quantidade Por Unidade	Taxa Dobras	Contra Valor (USDS)
	Latas	Unidade	ml	1 a 330	85.00	0,009
	Latas	Unidade	ml	331 a 500	100.00	0,011
	Latas	Unidade	ml	501 a 750	135.00	0,014
	Latas	Unidade	ml	751 a 1.000	170.00	0,018
	Latas	Unidade	ml	1.001 a 2.000	270.00	0,029



**Pautas das Taxas de Impacto Ambiental**  
**Veículos e meios de transporte**

<b>Código Associado à Pauta</b>	<b>Designação Embalagem/Mercadoria/Produto</b>	<b>Caracterização</b>	<b>Unidade De Medida</b>	<b>Quantidade Por Unidade</b>	<b>Taxa Dobras</b>	<b>Contra Valor (USDS)</b>
86.**.**	Meios de Transporte(Novos)	Unidade	kg	1	85.00	0,009
86.**.**	Meios de Transporte(Usados)	Unidade	kg	1	170.00	0,018
87.**.**	Veículos(novos)	Unidade	kg	1	85.00	0,009
87.**.**	Veículos(Usados)	Unidade	kg	1	170.00	0,018
88.**.**	Embarcações flutuantes c/motor	Unidade	kg	1	170.00	0,018

**Pauta das Taxas de Impacto Ambiental**  
**Cimento, Gesso, Pedra, Cal e seus derivados**

<b>Código Associados à Pauta</b>	<b>Designação Embalagem/Mercadoria/Produto</b>	<b>Caracterização</b>	<b>Unidade De Medida</b>	<b>Quantidade Por Unidade</b>	<b>Taxa Dobras</b>	<b>Contra Valor (USDS)</b>
25.22.**	Cal viva, apagada, hidráulica etc.	Embalagem	kg	1	17.00	0,002
25.23.**	Cimento tipo Portland e outros	Embalagem	kg	1	7.00	0,001
25.15.**	Mármore	Unidade	kg	1	9.00	0,007
25.20.20	Gesso e similares	Unidade	kg	1	17.00	0,002
25.17	Calhaus, Pedras britadas	Unidade	kg	1	7.00	0,001

**Pauta das Taxas de Impacto Ambiental**  
**Tintas e Vernizes e Diluentes**

<b>Código Associado à Pauta</b>	<b>Designação Embalagem/Mercadoria/Produto</b>	<b>Caracterização</b>	<b>Unidade Por Unidade</b>	<b>Quantidade Por Unidade</b>	<b>Taxa Dobras</b>	<b>Contra Valor(USDS)</b>
32.09.10.**	Tintas para a Construção Civil	Embalagem	Kg/L	1	35.00	0,004
	Matérias Corantes p/tintas	Embalagem	Kg/L	1	170.00	0,018
	Pigmentos p/preparação de tintas	Embalagem	Kg/L	1	170.00	0,018

**Pauta Taxas de Impacto Ambiental**  
**Móveis, Mobiliário, Colchões**

<b>Código Associado à Pauta</b>	<b>Designação Embalagem/Mercadoria/Produto</b>	<b>Caracterização</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Quantidade Por Unidade</b>	<b>Taxa Dobras</b>	<b>Contra Valor (USDS)</b>
94.**.**	Moveis, mobiliário, colchões, etc.	Unidade	kg	1	350.00	0,037
95.**.**	Brinquedos e Artigos p/desporto	Unidade	kg	1	170.00	0,018

**Pauta das Taxas de Impacto Ambiental**  
**Tecidos, Vestuário e Calçado**

<b>Código Associado à Pauta</b>	<b>Designação Embalagem/Mercadoria/Produto</b>	<b>Caracterização</b>	<b>Unidade De Medida</b>	<b>Quantidade Por Unidade</b>	<b>Taxa Dobras</b>	<b>Contra Valor(USDS)</b>
50.**.**	Tecidos de Seda	Unidade	kg	1	85.00	0,009
51.**.**	Tecidos de Lã	Unidade	kg	1	85.00	0,009
52.**.**	Tecidos de Algodão	Unidade	kg	1	85.00	0,009

milhões de dobras dividido em duas quotas iguais no valor de vinte e cinco milhões de dobras cada uma, pertencentes respectivamente a cada um dos sócios, com poderes necessários para este acto conforme a acta da Assembleia de sócios da referida Sociedade datada de onze de Março do corrente ano que me foi presente e arquivo.

Verifiquei a identidade do outorgante por conhecimento pessoal.

E por ele foi dito:- Que ele e a sua representada, resolveram entre si constituir uma Sociedade por quotas de responsabilidade Limitada que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes:

### Pauta das Taxas de Impacto Ambiental Aparelhos, aparelhagens e Electrodomésticos

Código Associado à Pauta	Designação Embalagem/Mercadoria/Produto	Caracterização	Unidade Por Medida	Quantidade Por Unidade	Taxa Dobras	Contra Valor(USDS)
85.15.**	Maq. Aparelhos de Ar Condicion.	Unidade	kg	1	350.00	0,037
	Peças e Partes de Ap. Ar Condi.	Unidade	kg	1	700.00	0,074
	Arcas Congeladores(freezers)	Unidade	kg	1	350.00	0,037
	Peças para aparelhos(freezers)	Unidade	kg	1	700.00	0,074
	Aparelhos de Som	Unidade	kg	1	35.00	0,004
	Aparelhos de Som e Imagem	Unidade	kg	1	35.00	0,004
	Equip. de Sistemas de Som	Unidade	kg	1	700.00	0,074
	Maq. Aparelhos de Lavar Roupa	Unidade	kg	1	350.00	0,037
	Electrodomésticos de Cozinha	Unidade	kg	1	350.00	0,037
	Electrodoméstico diversos	Unidade	kg	1	350.00	0,037
	Aparelhos Diversos	Unidade	kg	1	350.00	0,037

O Ministro das Obras Públicas, Infra- estruturas e Recursos Naturais e Meio Ambiente, *Joaquim Rafael Branco*;- O Ministro do Comércio, Industria e Turismo, *Arzemiro de Jesus da Costa dos Prazeres*;- A Ministra do Plano e Finanças, *Maria dos Santos Lima da Costa Tebús Torres*.

### Constituição de Sociedade

Aos vinte e sete dias do mês de Março do ano de dois mil e três, na Direcção dos Registos e Notariado- Secção Notarial, sita na Praça do Povo, cidade de São Tomé, perante mim Licenciado Carlos Olímpio Stock, exercendo o cargo de Notário, compareceu como outorgante o senhor Carlos Alberto dos Santos Costa, divorciado, natural de Cachoeiras- Vila Franca de Xira de Nacionalidade portuguesa, empresário, residente na Avenida Marginal Doze de Julho, Distrito de Água Grande que outorga por si e em representação da Sociedade Lenicar- Comercio Internacional, L.da, constituída por escritura de primeiro de Setembro do ano de mil novecentos e noventa e nove lavrada nesta Direcção- Secção Notarial e exarada de folhas oitenta e duas a oitenta e sete verso do livro de notas para escrituras diversas número A- oitocentos e setenta e um, com sede na Avenida Marginal Doze de Julho, número vinte e oito barra III/IV e capital social de cinquenta

### Artigo Primeiro (Denominação, Sede e Duração)

A Sociedade adopta a denominação de <<R. e D I, L.da- Refinação e Destilação, Industria, Limitada tem a sua sede na Avenida Marginal Doze de Julho da cidade de São Tomé, podendo por deliberação da Assembleia de sócios, abrir, manter ou encerrar sucursais, agências, delegações ou quaisquer outras formas de representação em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro e a sua duração é por tempo indeterminado.

### Artigo Segundo (Objecto)

A Sociedade dedicar-se-á fundamentalmente a refinação, destilação, embalagem, comércio representações e distribuição de produtos, bem como a todas outras actividades que coadunem com o objecto e que sejam permitidas por lei.

### Artigo Terceiro (Capital Social)

Um- O Capital Social é de cem milhões de dobras, integralmente realizado em dinheiro e património e encontra-se dividido em duas quotas, sendo a primeira no

valor de sessenta milhões de dobras, pertencente ao sócio Carlos Alberto dos Santos Costa e outra no valor de quarenta milhões de dobras, pertencente a sócia Lenicar, Comércio Internacional, L.da.

Dois- É inteiramente vedada a cessão de quotas sem autorização da Sociedade, tomada por deliberação da Assembleia de Sócios.

#### **Artigo Quarto (Gerência)**

Um- A gerência é exercida por qualquer dos sócios, enquanto a Assembleia de Sócios não deliberar de outra forma.

Dois- O mandato de gerência é rescindível a todo o tempo por deliberação da Assembleia de sócios, ainda que tenha sido conferido por prazo certo.

Três- A Sociedade poderá nomear procuradores nos termos e para os efeitos do Código Comercial.

Quatro- A Sociedade será representada em juízo ou fora dele, activa ou passivamente por qualquer dos sócios e nos actos e contratos que envolvem responsabilidade para a Sociedade esta obriga- se pelo conjunto dos seus sócios.

#### **Artigo Quinto (Fiscalização de Contas)**

As contas sociais serão auditadas sempre que e por quem a assembleia de Sócios deliberar.

#### **Artigo Sexto (Assembleia de Sócios)**

Um- Haverá duas reuniões ordinárias anuais, uma até o dia trinta e um de Março, para aprovação do inventário, relatório e contas do exercício findo e respectiva proposta de afectação de resultados, outra, no ultimo trimestre de cada ano, para aprovação do plano de trabalhos do exercício seguinte.

Dois- A convocatória para aprovação do inventário, do relatório e das contas deverá ser acompanhada de cópia desses documentos.

#### **Artigo Sétimo (Distribuição dos Dividendos)**

Os resultados apurados em cada exercício terão o seguinte destino:

- a) Cinco por cento, para o fundo de reserva legal, até que este tenha atingido o montante do Capital Social;
- b) Para outros fundos que a Assembleia de Sócios delibere criar, as percentagens por elas aprovadas;

c) A parte restante será distribuída pelos sócios, na proporção das respectivas quotas, a menos que todos estejam de acordo que se proceda de outro modo.

#### **Artigo Oitavo (Resolução de Conflitos)**

Os eventuais conflitos que possam surgir a respeito dos presentes estatutos, serão resolvidos amigavelmente e, só depois de esgotados todos os meios de conciliação deverão ser submetidas a arbitragem ou finalmente ao tribunal, sendo competente o foro de São Tomé.

#### **Artigo Nono (Dissolução e Liquidação)**

Para os fins dos presentes estatutos a dissolução far-se-á em conformidade com o estatuído no artigo cento e vinte e seguintes do Código Comercial vigente.

#### **Artigo Décimo (Legislação Aplicável)**

Na parte não expressamente prevista no presente Pacto Social, a sociedade reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis às sociedades por quotas de responsabilidade Limitada e pelos presentes estatutos.

Assim o disse e outorgou.

Instruem este acto a acta já referida no contexto desta escritura a certidão passada por esta Direcção- Secção dos Registos datada de vinte e seis de Fevereiro do corrente ano donde se vê não existir matriculada nesta Secção nenhuma Sociedade com esta denominação ou outra que por tal forma semelhante que possa induzir em erro com aquela que me foram presentes e arquivo.

Esta escritura foi lida ao outorgante em voz alta, na sua presença, com a advertência de que o registo deste acto deverá ser requerido no prazo legal.

Direcção dos Registos e Notariado- Secção Notarial em S. Tomé, aos 21 de Abril de 2003.- O Director, *Carlos Olímpio Stock*.

#### **Cessão de Quotas, Admissão de Nova Sócia e Alteração Parcial do Pacto Social.**

Aos trinta dias do mês de Agosto do ano dois mil e dois, na Direcção dos Registos e Notariado- Secção Notarial, sita na Praça do Povo, cidade de São Tomé, perante mim Licenciado Carlos Olímpio Stock, exercendo o cargo de Notário, compareceram como outorgantes:

Primeiro:- José Pedro Oliveira Veloso Nogueira, solteiro, maior, natural de Vila Nova de Gaia- Portugal, residente nesta cidade, Distrito de Água Grande;

Segundo:- Jorge Dias Correia, solteiro, maior, natural de Conceição- São Tomé, residente na Avenida Marginal Doze de Julho, Distrito de Água Grande, que outorga em representação do seu filho Josy Toso Neto Correia, solteiro, maior, natural de São Tomé, com poderes necessários para este acto conforme procuração já arquivada nesta Secção datada de dezoito de Setembro do ano dois mil e um.

Terceiro:- Maria Isabel Preto Gonçalves, solteira, maior, natural de Urros- Mogadouro, residente em Nevogilde- Porto, actualmente em São Tomé, na Avenida Marginal Doze de Julho, Distrito de Água Grande.

Verifiquei a identidade dos outorgantes sendo do primeiro e do segundo por conhecimento pessoal e do terceiro por exibição do seu Bilhete de Identidade número 9374044, emitido pelo Ministério da Justiça- Direcção Geral dos Registos e Notariado- Serviços de Identificação Civil de Lisboa aos treze de Junho do corrente ano.

Pelo primeiro outorgante foi dito:- Que ele e o representado do segundo outorgante são os únicos e actuais sócios da Sociedade <<Quitxibá, L.da>>, Constituída por escritura de quinze de Outubro do ano findo, lavrada nesta Direcção- Secção Notarial exarada de Folhas cinquenta e cinco verso a sessenta verso do livro de notas para escrituras diversas número A- oitocentos e setenta e nove, com sede na Avenida Marginal Doze de Julho, desta cidade e com o Capital Social de seis milhões de dobrás, dividido em duas quotas, sendo uma de sessenta por cento de sessenta e cinco por cento pertencente ao sócio José Pedro de Oliveira Veloso Nogueira e outra de trinta e cinco por cento pertencente ao sócio Josy Toso Neto Correia.

Que pela presente escritura e por deliberação da Assembleia Geral realizada aos nove de Agosto do corrente ano, cuja acta me foi presente e arquivo, admite como nova sócia a terceira outorgante, Maria Isabel Preto Gonçalves e consequentemente alteram os artigos terceiro número um e quinto número um do Pacto Social que fica assim redigido:

#### **Artigo Terceiro (Capital Social)**

Um- O Capital Social é de seis milhões de dobrás, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, dividido em duas quotas, sendo uma de sessenta e cinco por cento pertencente a Sócia Maria Isabel Preto Gonçalves e outra de trinta e cinco por cento pertencente ao Sócio Josy Toso Neto Correia.

#### **Artigo Quinto (Gerência)**

Um- A Gerência da Sociedade dispensada de caução e remunerada ou não conforme deliberação em Assembleia Geral, incumbe à Sócia Maria Isabel Preto Gonçalves, que fica, digo que desde já fica nomeada Gerente.

Pela terceira outorgante foi dito:- Que aceita esta cessão nos termos exarados.

Assim o disseram e outorgaram.

Instrui este acto a acta já referida no contexto desta escritura:

Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicada o seu conteúdo e efeitos, tudo em voz alta, na presença simultânea de todos os intervenientes, com a advertência de que o registo deste acto deverá ser requerido no prazo legal.

Direcção dos Registos e Notariado- Secção Notarial em S. Tomé, aos 23 de Janeiro de 2003.- O Director,  
*Carlos Olímpio Stock*

#### **Constituição de Sociedade**

Aos vinte e sete de Março do ano dois mil e três, na Direcção dos Registos e Notariado- Secção Notarial, sita na Praça do Povo, cidade São Tomé, perante mim Licenciado Carlos Olímpio Stock, exercendo o cargo de Notário, compareceram como outorgante o senhor:- Carlos Alberto dos Santos Costa, divorciado, natural de Cachoeiras- Vila Franca de Xira, de nacionalidade portuguesa, empresário e residente na Avenida Marginal Doze de Julho, Distrito de Água Grande, deste País, que outorga por si e em representação da Sociedade Leny- Materiais de Construção, Limitada, com sede nesta cidade capital, em avenida Marginal doze de Julho, constituída por escritura de cinco de Abril do ano dois mil e um, exarada de folhas noventa e uma a noventa e quatro do livro de notas para escritura diversas número oitocentos e setenta e sete, com poderes necessários para este acto, conforme a acta de Assembleia de Sócios da referida Sociedade número um barra dois mil e três, de onze de Março, que me foi presente e arquivo.

Verifiquei a identidade do outorgante, bem como a qualidade de que se arroga e os poderes que tem para este acto, por conhecimento pessoal.

E por ele foi dito:- Que, pela presente escritura, ele e a sua representada, resolveram entre si constituir uma Sociedade por quotas de responsabilidade Limitada, que se regerá conforme os estatutos que se seguem:

#### **Artigo Primeiro Denominação, Sede e Duração)**

A Sociedade adopta a denominação de LENYCONSTROI,- CONSTRUÇÃO, de Obras Públicas e Montagens Especiais L.da, abreviadamente designada

«LENYCONSTROI, L.da»; tem a sua sede na Avenida Marginal Doze de Julho da cidade de São Tomé, podendo por deliberação da Assembleia de Sócios, abrir, manter, ou encerrar sucursais, agências, delegações ou quaisquer outras formas de representação em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro e a sua duração é por tempo indeterminado.

#### Artigo Segundo (Objecto)

A Sociedade dedicar-se-á fundamentalmente a trabalhos de construção civil, obras publicas e particulares, electricidade, montagens especiais estruturas metálicas, cedência de pessoal especializado, serviços de manutenção, bem como a todas outras actividades que coadunem com o objecto e que sejam permitido por lei .

#### Artigo Terceiro (Capital Social)

Um- O Capital Social é de cem milhões de dobras, integralmente realizado em dinheiro e património e encontra-se dividido em duas quotas iguais de cinquenta milhões de dobras, pertencentes respectivamente aos Sócios Carlos Alberto dos Santos Costa e a Leny-Materiais de Construção, Limitada.

Dois- É inteiramente vedada a cessão de quotas sem autorização da Sociedade tomada por deliberação da Assembleia de Sócios.

#### Artigo Quarto (Gerência)

Um- A Gerência é entendida por qualquer dos sócios, enquanto a Assembleia de sócios não deliberar de outra forma.

Dois- O mandato de gerência é rescindível a todo tempo por deliberação da Assembleia de Sócios, ainda que tenha sido conferido por prazo cetro.

Três- A Sociedade poderá nomear procuradores nos termos e para os efeitos do Código Comercial.

Quatro- A Sociedade será representada em juízo ou fora dele, activa e passivamente por qualquer dos Sócios e do mesmo modo, nos actos e contratos que envolvem responsabilidade para a Sociedade esta obriga-se pelo conjunto dos seus sócios.

#### Artigo Quinto (Fiscalização de Contas)

As contas sociais serão auditadas sempre que e por quem a Assembleia de Sócios deliberar.

#### Artigo Sexto (Assembleia de sócios)

Um- Haverá duas reuniões ordinárias anuais uma até o dia trinta e um de Março, para aprovação do inventário, relatório e contas do exercício findo e respectiva proposta de afectação de resultados; outra, no ultimo trimestre de cada ano, para aprovação do plano de trabalhos, do exercício seguinte.

Dois- A convocatória para aprovação do inventário, do relatório e das contas deverá ser acompanhada de cópia desses documentos.

#### Artigo Sétimo (Distribuição dos Dividendos)

Os resultados apurados em cada exercício terão o seguinte destino:

- a) Cinco por cento para o fundo de reserva legal, até que este tenha atingido o montante do Capital Social;
- b) Para outros fundos que a Assembleia de Sócios delibere criar, as percentagens por ela aprovadas;
- c) A parte restante será distribuída pelos sócios, na proporção das respectivas quotas, a menos que todos estejam de acordo que se proceda de outro modo.

#### Artigo Oitavo (Resolução de Conflitos)

Os eventuais conflitos que possam surgir a respeito dos presentes estatutos, serão resolvidos amigavelmente e, só depois de esgotados todos os meios de conciliação deverão ser submetidos a arbitragem ou finalmente ao tribunal, sendo competente o foro de São Tomé.

#### Artigo Nono (Dissolução e Liquidação)

Para os fins dos presentes estatutos a dissolução far-se-á em conformidade com o estatuído no artigo cento e vinte e seguintes do Código Comercial vigente.

#### Artigo Décimo (Legislação Aplicável)

Na parte não expressamente prevista no presente Pacto Social, a Sociedade reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis às Sociedades por quotas de responsabilidade Limitada e pelos presentes estatutos.

Assim o disse e outorgou.

Instrui este acto a certidão passada por esta direcção- Secção dos Registos datada de vinte e seis de Fevereiro do corrente ano, donde se vê não existir matriculada nesta Secção nenhuma Sociedade com esta denominação ou outra que por tal forma semelhante possa induzir em erro que me foi presente e arquivo.

Esta escritura lavrada por minuta que fica arquivada, depois de cumpridas as formalidades legais, foi lida ao outorgante em voz alta na sua presença, com a advertência de que o registo deste acto, deverá ser requerido no prazo legal.

Direcção dos Registos e Notariado- Secção notarial em S. Tomé, aos 7 de Maio de 2003.- O Director, *Carlos Olimpio Stock*.